

issn: 2176-5960



Προμηθεύς

journal of philosophy



n. 42 maio - agosto de 2023

DEFINIÇÃO, ABSTRAÇÃO E DISTINÇÃO CONCEITUAL EM TOMÁS DE AQUINO¹

Marco Aurélio Oliveira da Silva

UFBA

RESUMO: O propósito deste artigo é apontar a relação entre a teoria da abstração de Tomás de Aquino, que permite a apreensão confusa de um conceito universal a partir de uma amostra individual, e o processo de esclarecimento conceitual apontado na *Suma de Teologia, Prima Pars*, Questão 85, Artigo 3. Neste sentido, a tese presente no *De ente et essentia*, segundo a qual a estrutura definicional do conceito deve corresponder ao composto hilemórfico do indivíduo, é analisada em perspectiva, juntamente com o referido artigo da *Suma*. Por fim, considera-se que o processo de abstração deve ser compreendido conjuntamente com o processo de passagem da cognição confusa à cognição distinta, quando se trata de compreender o processo de formação definicional.

PALAVRAS-CHAVE: Tomás de Aquino, Definição, Cognição.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to establish a relation between Thomas Aquinas' theory of abstraction and the process of clarifying a concept described in *Summa Theologiae*, I^a Pars, Q. 85, A. 3. The first process allows the production of a confused concept, while the second process deals with distinguishing this concept from others. In this sense, I analyze the relation between the definitional structure of a concept and the hylomorphic composition of an individual, as described by Aquinas in *De Ente et Essentia*, as well as its relation to the referred article of the *Summa Theologiae*. Finally, I consider both processes, abstraction, and the transition from a confused to a distinct concept, to comprehend Aquinas' process of forming definitions.

KEYWORDS: Thomas Aquinas, Definition, Cognition.

¹ Este breve artigo é uma singela homenagem a Mário Augusto Queiroz Carvalho, precocemente colhido de nosso convívio.

A teoria da abstração em Tomás de Aquino é assunto bem conhecido da literatura secundária, particularmente no que tange às considerações feitas pelo Doutor Angélico no artigo primeiro da questão 85 da *Prima Pars* da *Suma de Teologia*. No corpo da resposta a esse artigo, a estratégia argumentativa considerava o conhecimento intelectual humano como um intermediário entre o intelecto angélico e o conhecimento sensível animal. Ora, os animais brutos possuem apenas a sensação do que está presente aqui e agora, restritos à pura individualidade, ao passo que os seres humanos gozam da capacidade de produzir via abstração os conceitos universais.

No caso da antropologia aristotélica defendida por Tomás, o ser humano é uma unidade substancial dotado de corpo sensível e de uma alma intelectual. Assim, dado que o ato de abstração envolve a produção de um conceito universal a partir de um objeto individual, deve-se trazer à tona um aspecto implícito nesta teoria: de uma amostra individual o intelecto humano seria capaz de produzir uma espécie universal.

Em outras palavras, a principal preocupação de Tomás de Aquino ao explicar o processo de abstração consiste em tratar da diferença de natureza entre uma essência individual e uma essência específica. Nesse contexto o conceito de matéria exerce uma função central, uma vez que o indivíduo é compreendido como composto de forma e matéria individual. Após o processo abstrativo, o conceito na mente passa a ser entendido como composto de forma e matéria comum,² pois o processo abstrativo implica três coisas: a admissão de um agente dotado simultaneamente de sensação e intelecto; os objetos sensíveis dos quais se produzirá a abstração; e a espécie universal resultante do processo abstrativo.

Contudo, não se pode terminar aí, uma vez que além da abstração é necessário entender como uma espécie abstraída passa por um processo de esclarecimento até a obtenção de uma definição correspondente, envolvendo, conseqüentemente a relação a outros conceitos. Para o intérprete de Tomás, torna-se uma espécie de quebra-cabeça, uma vez que é necessário encontrar ao longo de sua obra os elementos que nos permitem compreender o processo de esclarecimento conceitual, bem como relacionar esse processo com as diversas considerações sobre abstração e definição que o Doutor Angélico apresenta ao longo de sua vasta obra.

² Para uma revisão de literatura a respeito, cf. SILVA, 2011.

Essência e definição

No *De ente et essentia*, Tomás baseia-se na necessidade de distinguir definições naturais de definições matemáticas, particularmente ao considerar que uma essência é a contrapartida da definição natural correspondente, envolvendo todo o composto hilemórfico de forma e matéria.³ Assim, a distinção que fazemos entre definição nominal e definição real pode ser entendida, por um lado, à luz das considerações que Tomás de Aquino faz sobre a relação entre o composto hilemórfico do indivíduo e a estrutura definicional do conceito, e, por outro lado, com uma compreensão adequada do processo abstrativo.

Em particular, ainda no *De ente et essentia*, Tomás analisa os entes providos de essência, quais sejam, a substância, as intenções lógicas e os acidentes. Nesse sentido, a abstração é o ato de receber no intelecto a essência de um ente sensível, deixando de lado a matéria assinalada, que é o princípio de individuação, de modo que a intenção de universalidade no intelecto decorre do fato de a individualidade da matéria ter sido deixada de lado.

Considerando a distinção que Tomás de Aquino propões entre definições naturais e definições matemáticas podemos considerar o seguinte. Na história da matemática, é comum que definições sejam postulados iniciais para uma demonstração matemática, algo que é admitido *a priori* para a demonstração a ser realizada em seguida. Por outro lado, as definições naturais se comportam de maneira totalmente diferente. Não se admite definir um leão, um cavalo ou um cachorro antes de se ter um contato sensível pela primeira vez com tais entidades. Embora a definição natural seja o resultado de um processo abstrativo a partir dos objetos sensíveis, é possível redefinir uma definição natural em seguida a um processo de investigação, o que não ocorre com uma definição matemática.⁴

As definições naturais, especialmente as definições de substâncias, têm a existência do objeto como ponto de partida. Após vermos, ouvirmos ou sentirmos, nosso sentido interno produz uma imagem de um leão, um cachorro ou um cavalo, a

³ Cf. CARVALHO, 2017, p. 44. Cf. TOMÁS DE AQUINO. *De ente et essentia*, cap. II, ed. Leon., t. 43, 1976, p. 370: “Ex hiis enim que dicta sunt patet quod essentia est illud quod per diffinitionem rei significatur; diffinitio autem substantiarum naturalium non tantum formam continet sed etiam materiam, aliter enim diffinitiones naturales et mathematice non differrent.”

⁴ Existem vastos exemplos na literatura filosófica, como no exemplo que Kripke propôs: o ouro, outrora definido como metal amarelo e hoje definido como metal com número atômico 79. Em contrapartida, no caso de triângulo, pode-se usar ainda hoje a definição de Euclides.

partir de cuja imagem pode-se abstrair universais que lhes correspondam. Portanto, a existência de um objeto que corresponda às definições naturais nunca é problemática, ao contrário do que ocorre com as definições matemáticas. Esta distinção célebre na história da filosofia é tratada no contexto tomasiano a partir da distinção entre dois tipos de abstração: a abstração do todo e a abstração da forma. A primeira, uma abstração da ciência natural; a segunda, uma abstração matemática.⁵

Ora, além do *De ente et essentia*, também na *Suma de Teologia* Tomás de Aquino enfatiza que, no caso das espécies das coisas naturais, a essência envolve não apenas a forma, mas também a matéria.⁶ Em ambos os contextos, ele é claro ao tentar distinguir a definição natural da definição matemática. Por isso, o conceito de matéria não assinalada ou comum ganha especial relevância. Porque a matéria comum é na verdade uma consideração conceitual sobre o tipo de matéria que um ente tem; o exemplo utilizado é o de carne e osso, que, considerados assim em geral, constituem os animais. Assim, considerando-se a tese de que a estrutura definicional de gêneros e espécies deve corresponder à composição hilemórfica dos indivíduos, devemos concluir que carne e osso são partes da matéria comum que são designadas mais determinadamente pelo gênero animal.⁷

Composição hilemórfica e estrutura definicional

O *De ente et essentia* postula que a estrutura definicional em termos de gênero e espécie deva corresponder à composição hilemórfica do indivíduo em termos de matéria e forma. Contudo, não há identificação entre gênero e matéria, nem entre diferença e forma. Interessante observar um exemplo que Tomás utiliza baseado na polissemia do termo “corpo”. Tomás de Aquino considera que esse termo pode ser tomado em dois sentidos; como parte integral e como gênero:

⁵ Cf. SILVA, 2011.

⁶ Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I^a pars, q. 85, a. 1, ad. 2.; ed. Leon., t. 4, 1889, p. 331: “[...] quidam putaverunt quod species rei naturalis sit forma solum, et quod materia non sit pars speciei. Sed secundum hoc, in definitionibus rerum naturalium non ponetur materia. Et ideo aliter dicendum est, quod materia est duplex, scilicet communis, et signata vel individualis: communis quidem, ut caro et os; individualis autem, ut haec carnes et haec ossa. Intellectus igitur abstrahit speciem rei naturalis a materia sensibili individuali, non autem a materia sensibili communi.”

⁷ Sobre a tese da unicidade formal em Tomás de Aquino como condição para a estrutura definicional, cf. CARVALHO, 2017; Cf. tb. GUERIZOLI, 2013.

Se se observar, porém, a maneira como diferem o corpo, na medida em que é posto como parte de animal, e, na medida em que é posto como gênero, pode-se ver como isto acontece. Pois, não pode ser gênero do modo como é parte integral. Portanto, este nome que é corpo pode ser tomado de várias maneiras. Pois, é denominado corpo, na medida em que está no gênero da substância, por ter tal natureza que nele podem ser designadas três dimensões: no entanto, as próprias três dimensões designadas são o corpo que está no gênero da quantidade. [...] Deste modo, corpo será **parte integral e material** do animal; pois, assim, a alma estará à parte daquilo que é significado pelo nome de corpo e será superveniente ao próprio corpo, de tal modo que o animal é constituído de ambos, isto é, do corpo e da alma, como de partes.

Este nome corpo pode também ser tomado de tal modo que signifique uma certa coisa que tem tal forma a partir da qual três dimensões possam ser designadas nela, qualquer que seja aquela forma, que alguma perfeição ulterior possa provir dela, quer não. Deste modo, corpo será **gênero** de animal, pois em animal nada há a tomar que não esteja contido implicitamente em corpo.⁸

Após discorrer sobre a necessidade de que a essência de uma substância composta envolva tanto a forma quanto a matéria, tese que levou Tomás a fazer uma distinção entre essência individual e essência universal em termos de assinalação da matéria, Tomás começa a relacionar o conceito na mente com o indivíduo concreto na realidade.

A função do exemplo do termo ‘corpo’ é ilustrar como ocorre esta relação entre a estrutura definicional do conceito em termos de gênero e espécie com a composição hilemórfica dos indivíduos sensíveis em termos de matéria e forma. Assim, o indivíduo Sócrates tem duas partes: a alma racional como forma e o corpo misto de elementos como matéria. Em contrapartida, Sócrates cai no conceito de homem, cuja definição é animal racional.

⁸ TOMÁS DE AQUINO. *De ente et essentia*, cap. II, ed. Leon., t. 43, 1976, p. 371-372 (ed. bras.: *O ente e a essência*, 1995, p. 21-22): “Hoc autem quomodo contingat uideri poterit, si inspiciatur qualiter differt corpus secundum quod ponitur pars animalis, et secundum quod ponitur genus; non enim potest esse eo modo genus quo est pars integralis. Hoc igitur nomen quod est corpus multipliciter accipi potest. Corpus enim secundum quod est in genere substantie dicitur ex eo quod habet talem naturam ut in eo possint designari tres dimensiones; ipse enim tres dimensiones designate sunt corpus quod est in genere quantitatis. [...] Et hoc modo corpus erit integralis et materialis pars animalis; quia sic anima erit preter id quod significatum est nomine corporis, et erit superueniens ipsi corpori, ita quod ex ipsis duobus, scilicet anima et corpore, sicut ex partibus constituetur animal.

Potest etiam hoc nomen corpus hoc modo accipi ut significet rem quandam que habet talem formam ex qua tres dimensiones in ea possunt designari, quecumque forma sit illa, siue ex ea possit prouenire aliqua ulterior perfectio, siue non; et hoc modo corpus erit genus animalis, quia in animali nichil erit accipere quod non implicite in corpore contineatur.”

Sabemos que a árvore de Porfírio, modelo de estrutura definicional seguido na Idade Média, tomava corpo como gênero de vivente, animal e homem. Assim, pode-se dizer que Sócrates é um composto de alma racional e corpo misto, mas podemos dizer que a definição de homem é corpo vivente sensitivo e racional, substituindo “animal” pela expressão que inclui o termo “corpo”.

Neste sentido, o corpo que é a contraparte da alma nos indivíduos apresenta uma relação com o corpo que é gênero de animal. Da mesma forma que a diferença específica racional não se confunde com a coisa alma racional, assim também o gênero corpo não se confunde com o corpo que junto com alma constitui um ser humano individual.

Em resumo, a relação entre a composição hilemórfica de um indivíduo sensível e a estrutura definicional do conceito intelectual, presente no capítulo 2 do *De ente et essentia*, é ilustrado pelo exemplo do termo “corpo”. Esse termo pode significar tanto o gênero de homem dentro da árvore de Porfírio, como também a contraparte da alma de um animal. Embora não seja uma significação unívoca do termo “corpo”, tampouco é uma significação equívoca, uma vez que o ponto central apresentado no opúsculo é que o gênero significa determinadamente a matéria, de modo que na definição de homem teremos o seguinte: como gênero, um corpo animado; e como matéria, um corpo com três dimensões – o qual é animado por uma alma racional.⁹

No entanto, não basta admitir que há a estrutura do indivíduo com sua forma e matéria de um lado, e o conceito com gênero e espécie do outro lado. Pois, assim como a natureza não dá saltos, também o processo de cognição deve passar por etapas, até que se possa produzir adequadamente uma determinada definição – mesmo que seja uma definição nominal a ser substituída posteriormente. E é neste contexto que se deve compreender a seção seguinte.

Da cognição confusa e da cognição distinta

⁹ Neste artigo, concentro-me na definição das substâncias sensíveis. No caso das definições de acidente, como se observa no sexto capítulo do *De ente et essentia*, as definições são oblíquas, pois dependem de algo extrínseco aos acidentes, a saber, a própria substância. Contudo, para o objetivo deste artigo, que é explicitar o papel da distinção entre cognição distinta e cognição confusa, as definições accidentais podem ser consideradas como casos semelhantes em que se pode, por exemplo, abstrair um conceito confuso de branco para em seguida defini-lo de modo mais claro como a cor da neve.

Como entender o processo pelo qual o ser humano percebe um objeto natural e o transforma em uma estrutura definicional complexa, envolvendo espécie, gênero e diferença específica? Não é razoável atribuir a capacidade de produzir uma definição real *ab ovo* apenas a partir de uma mera percepção sensível de um objeto qualquer. Neste sentido, a teoria da abstração presente na *Suma de Teologia*, Iª pars q. 85 a. 1 deve ser lida de modo sistemático, em consonância com o artigo terceiro da mesma questão, especialmente no que tange à distinção entre cognição distinta e cognição confusa.

Neste sentido, observe-se o que Tomás de Aquino afirma:

Visto que o sentido passa da potência ao ato do mesmo modo que o intelecto, a mesma ordem do conhecimento aparece também no sentido. Pois, de acordo com o sentido, julgamos primeiro o mais comum do que o menos comum, tanto de acordo com o lugar quanto de acordo com o tempo. [...] De acordo com o tempo, porém, pois uma criança, de início distingue o homem do não-homem antes de que distinga este homem de outro homem; assim, ‘de início, as crianças chamam todos os varões de pais, depois, no entanto, determinam cada um’, como se diz no livro I da *Física*¹⁰.

Neste último texto, Tomás evidencia o percurso de esclarecimento conceitual de uma criança. Em um primeiro momento, ela atribui a palavra “pai” a todos os homens que ela encontra; em um segundo momento, identifica que “pai” designa apenas aquele homem que a gerou. Assim, tal processo não é exatamente uma teoria científica da definição adequada, mas a descrição de um processo corriqueiro no conhecimento vulgar humano.

Ora, no tratado *De ente et essentia*, o tratamento é restrito exclusivamente aos entes categoriais. Outras entidades, como a privação, são entendidas como entes que não caem sob a estrutura categorial de substância e acidentes, mas ficam a depender de

¹⁰ Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, Iª pars, q. 85, a. 3, co.; ed. Leon., t. 4, 1889, p. 336 (ed. bras.: *Suma de Teologia*, 2006, p. 153): “Et quia sensus exit de potentia in actum sicut et intellectus, idem etiam ordo cognitionis apparet in sensu. Nam prius secundum sensum diiudicamus magis commune quam minus commune, et secundum locum et secundum tempus. Secundum locum quidem, sicut, cum aliquid videtur a remotis prius deprehenditur esse corpus, quam deprehendatur esse animal; et prius deprehenditur esse animal, quam deprehendatur esse homo; et prius homo, quam Socrates vel Plato. Secundum tempus autem, quia puer a principio prius distinguit hominem a non hominem, quam distinguat hunc hominem ab alio homine; et ideo pueri a principio appellant omnes viros patres, posterius autem determinant unumquemque, ut dicitur in I Physic.”

uma atividade judicativa. Portanto, não se pode admitir na realidade uma essência de privações como escuridão ou cegueira¹¹.

Por sua vez, nos *Segundos Analíticos*, aparecem vários exemplos de definições que são obtidas por meio de demonstração e que não envolvem necessariamente substância ou acidente. Por exemplo, o eclipse é definido como a privação de luz em função da interposição da lua e do Sol. Neste sentido, afirma Mário Carvalho:

O objetivo do exemplo do eclipse lunar é esclarecer a primeira analogia, entre as questões do porquê e da essência. De acordo com ele, a resposta correta à questão ‘o que é o eclipse lunar?’ é ‘a privação da luz da lua causada pela interposição da Terra entre a Lua e o Sol’.¹²

Ou seja, observa-se a falta de luz diferentemente do que se esperava em um determinado horário e define-se esse fenômeno como o eclipse, com base na demonstração de que essa privação de luz é causada pelo fato de Lua se posicionar diante do Sol. No caso da ciência natural, as definições podem ser descobertas em função de um processo demonstrativo diferentemente do que ocorre na prática matemática. Por exemplo, na geometria euclidiana, as definições são apresentadas no início como princípios da ciência, antes das demonstrações, não sendo passíveis de ressignificação. No entanto, tanto o *De ente et essentia* como nos referidos artigos da *Suma*, a definição é tomada em um sentido categorial.

Assim, entre a primeira operação de apreensão dos indivisíveis, própria dos entes categorias, e a segunda operação de composição e divisão, que permite a formação de conceitos privativos, é necessário compreender o processo pelo qual um conceito passa de uma cognição confusa para uma cognição distinta, no contexto da *Suma de Teologia*, Iª pars, questão 85, artigo 3. A respeito deste assunto, Mário Carvalho afirma:

Uma cognição sobre um objeto é mais confusa que outra se ambas apreendem o mesmo objeto, no seu todo, mas a primeira capta menos partes do objeto que a última. Inversamente, uma cognição sobre um objeto é mais distinta que outra se ambas apreendem o mesmo objeto, no seu todo, mas a primeira capta mais partes do objeto que a última.

¹¹ Cf. TOMÁS DE AQUINO. *De ente et essentia*, cap. I, ed. Leon., t. 43, 1976, p. 369: “Nomen igitur essentie non sumitur ab ente secundomodo dicto : aliqua enim hoc modo dicuntur entia que essentiam non habent, ut patet in priuationibus : sed sumitur essentia ab ente primo modo dicto. Vnde Commentator in eodem loco dicit quod ens primo modo dictum est quod significat essentiam rei. Et quia, ut dictum est, ens hoc modo dictum duiditur per decem genera, oportet ut essentia significet aliquid commune omnibus naturis per quas diuersa entia in diuersis generibus et speciebus collocantur, sicut humanitas est essentia hominis, et sic de aliis.”

¹² CARVALHO, 2017, p. 47.

Um objeto simples só pode ser distintamente apreendido. Por não ter partes, ou bem ele é apreendido no seu todo, ou bem não é. Quanto a ele não é possível apreender uma parte e ignorar outras. Mas em relação a um indivíduo sensível, que é um todo integral, e em relação a um universal, que contém indivíduos sob si e outros universais sob si e em si, é possível obter cognição segundo graus diversos de confusão e distinção. Como o intelecto não tem por objeto indivíduos, ao menos não diretamente, seu ato imperfeito de conhecimento só pode consistir numa cognição confusa de todos universais.¹³

Ora, do ponto de vista da lógica medieval, basta assumirmos um conceito e um juízo. No entanto, para o conhecimento, é necessário também uma clareza dos conceitos, o que requer um processo de comparação para proceder a um esclarecimento conceitual.

Pode-se interpretar a abstração e o esclarecimento conceitual em uma cognição distinta como etapas diferentes de um processo de conhecimento. Em primeiro lugar, a abstração ocorre quando, a partir de um objeto individual, produz-se um conceito universal na mente. Em seguida, a cognição distinta é uma etapa em que o conceito se torna mais preciso, porém sem necessariamente ser uma definição real.

A teoria definicional apresentada nos *Segundos Analíticos* propõe um método para distinguir o processo definicional, onde a definição adequada é aquela que expressa elementos necessários.¹⁴ Trata-se de um procedimento diferente do processo de esclarecimento da cognição distinta em oposição à cognição confusa. Pois, aqui há apenas um processo no qual uma espécie universal no intelecto precisa de comparação para que possa ser tornada mais precisa em relação a outras espécies. Observa-se então duas situações distintas: uma que é decorrência do processo abstrativo psicológico de abstração, e outra que é uma tese sobre como se deve proceder demonstrativamente na ciência natural.

¹³ CARVALHO, 2017, p. 60.

¹⁴ Tomás de Aquino pensa os *Segundos Analíticos* em contraposição aos *Tópicos*: o primeiro tratando do silogismo demonstrativo; o último, do silogismo dialético. Como se sabe, Tomás comentou apenas o primeiro livro. Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Expositio libri Posteriorum*, proem.; ed. Leon., t. 1*/2, 1989, p. 6: “Certitudo autem iudicii que per resolutionem habetur est uel ex ipsa forma sillogismi tantum, et ad hoc ordinatur liber Priorum analeticorum, qui est de sillogismo simpliciter, uel etiam cum hoc ex materia, quia sumuntur propositiones per se et necessarie, et ad hoc ordinatur liber Posteriorum analeticorum, qui est de sillogismo demonstratio.”

[...] – Per huiusmodi enim processum quandoque quidem, etsi non fiat scientia, fit tamen fides uel opinio, propter probabilitatem propositionum ex quibus proceditur, quia ratio totaliter declinat in unam partem contradictionis, licet cum formidine alterius; et ad hoc ordinatur ropica siue dyaletica, nam sillogismus dyaleticus ex probabilibus est, de quo agit Aristoteles in libro Topicorum.”

Em sua explicação sobre o conceito de cognição confusa em relação à cognição distinta, Tomás de Aquino considera que podemos conhecer confusamente algo quando temos uma compreensão do todo sem uma correspondente compreensão das partes. No entanto, é necessário entender que nessa discussão o termo “todo” é tratado no sentido de um todo universal, que é um gênero que possui como partes as partes subjetivas ou espécies.¹⁵ Nesse sentido, o animal é um todo do qual o homem, o leão e o coelho são partes.

No processo de conhecimento da espécie inteligível, em primeiro lugar, compreendemos o que é mais geral. Considerando a árvore de Porfírio, o conhecimento mais geral que temos é que algo é uma substância, depois uma substância composta, ou seja, uma substância corpórea, e assim por diante, até chegarmos à cognição de um leão com todas as suas especificidades. O leão é uma parte subjetiva do animal, mas também é parte do vivente e da substância corpórea.¹⁶ Nesse sentido, pode-se observar que o processo intelectual é pensado articulando ao mesmo tempo o esquema da árvore de Porfírio em conjunto com a teoria intelectual e abstrativa aristotélica.

O processo de produção de uma cognição distinta é o fim da capacidade cognitiva humana no seu uso pré-científico, desde a recepção sensorial dos objetos sensíveis até a formação de proposições na mente. Neste sentido, pode-se observar como Tomás de Aquino caracteriza a cognição confusa em oposição à cognição distinta:

Ao terceiro cumpre dizer que alguma parte pode ser conhecida de dois modos. De um modo, absolutamente, na medida em que é em si. Assim, nada impede conhecer primeiro as partes que o todo, como as pedras primeiro que a casa. De outro modo, na medida em que são partes deste todo. Assim, é necessário que conheçamos primeiro o todo do que as partes; de fato, conhecemos primeiro a casa, por um certo **conhecimento confuso**, antes de distinguirmos cada uma de suas partes. Assim, pois, cumpre dizer que os definientes, considerados absolutamente, são conhecidos anteriormente ao definido; de outro modo, o definido não seria tornado conhecido por eles. Mas, na medida em que são partes da definição, são conhecidos posteriormente; de fato, conhecemos primeiro o homem por um conhecimento confuso, antes que saibamos distinguir tudo o que pertence à noção de homem¹⁷.

¹⁵ Sobre a distinção entre partes subjetivas e partes integrantes, como entre todo integral e todo universal, cf. SILVA, 2011.

¹⁶ A recepção do *Isagoge* de Porfírio, embora não seja explicitamente mencionada, faz parte do currículo escolar medieval, que utilizava a tradução e o comentário de Boécio a esta obra. Muitos manuais de lógica medievais usavam a árvore de Porfírio para explicar o processo de formação de conceitos. Cf. GUILHERME DE SHERWOOD (no prelo).

¹⁷ TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I^a pars, q. 85, a. 3, ad. 3.; ed. Leon., t. 4, 1889, p. 331. (ed. bras.: *op. cit.*, 2006, p. 155 & 157): “Ad tertium dicendum quod pars aliqua dupliciter potest cognosci.

Ou seja, em primeiro lugar, há a recepção de uma espécie sensível nos sentidos internos; em segundo lugar, após o processo de abstração, ocorre a produção de uma espécie inteligível através da atividade de abstração no intelecto. Após a comparação de várias espécies, ter-se-á uma maior precisão conceitual sobre a definição utilizada, mesmo que se valha apenas de uma definição nominal.

Portanto, há uma passagem da abstração da espécie inteligível até a produção de uma definição na mente. Vale ressaltar que se trata aqui de abstração no contexto das definições naturais, de modo que é importante ressaltar que isso denota prioritariamente a substância e os acidentes. No caso de entes produzidos de forma judicativa, como entes privativos ou entidades metafísicas, temos conceitos que são produzidos a partir de conceitos categoriais produzidos na primeira operação.

Conclusão

A definição em Tomás de Aquino, como na escolástica medieval, é um tema abordado em diversos âmbitos, seja na filosofia da ciência, na recepção dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles, seja na recepção de Porfírio na *logica vetus*. Contudo, o processo psicológico de produção de um universal a partir de um particular é, certamente, uma etapa anterior que precisa de uma compreensão maior.

Na metafísica de Tomás de Aquino, existe uma estrutura hilemórfica na realidade dotada de unidade de forma substancial. Neste sentido, o papel de uma definição será o de expressar o composto hilemórfico a partir da estrutura definicional. Contudo, a apreensão disto que podemos considerar uma definição real pressupõe uma etapa anterior na qual um conceito é abstraído confusamente para, em seguida, ser usado de modo mais claro por um determinado intelecto finito. Adicionalmente, este intelecto poderá se contentar com uma definição nominal neste processo de distinção conceitual. Ora, assim como não se pode admitir que todas as pessoas que se preocupem

Uno modo absolute, secundum quod in se est: et sic nihil prohibet prius cognoscere partes quam totum, ut lapides quam domum. Alio modo, secundum quod sunt partes huius totius: et sic necesse est quod prius cognoscamus totum quam partes: prius enim cognoscimus domum quadam confusa cognitione, quam distinguamus singulas partes eius. Sic igitur dicendum est quod definitia, absolute considerata, sunt prius nota quam definitum: alioquin non notificaretur definitum per ea. Sed secundum quod sunt partes definitionis, sic sunt posterius nota: prius enim cognoscimus hominem quadam confusa cognitione, quam sciamus distinguere omnia quae sunt de hominis ratione.”

com algum ente façam metafísica, pois esta trata do ente enquanto tal; assim também, não se pode supor que qualquer pessoa que produza uma definição distinta na mente possua uma definição real. Neste sentido, Tomás apresenta no *De ente et essentia* e na *Suma de Teologia* uma compreensão geral sobre como podemos apreender definicionalmente entes providos de essência, quais sejam, a substância e os acidentes. Sabemos que há mais conceitos do que conceitos categoriais, e para isso temos o comentário de Tomás de Aquino aos *Segundos Analíticos* de Aristóteles, ao qual Mário Carvalho dedicou sua tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Mário Augusto Queiroz. A ideia de definição no contexto da teoria da ciência de Tomás de Aquino. Tese (doutorado) – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGLM, 2017.

GUERIZOLI, Rodrigo. Composição natural e composição definicional: Tomás de Aquino e Duns Scotus leitores de Z 12. In: SILVA, M. A. O. (Org.). *Linguagem e Verdade na Filosofia Medieval*, Salvador: Quarteto, 2013, p. 127-140.

GUILHERME DE SHERWOOD, *Introdução à lógica*. Introdução, tradução e notas de Abel Lassalle Casanave, Marco Aurélio Oliveira da Silva & Roberta Miquelanti. Salvador: Edufba (no prelo).

SILVA, Marco Aurélio Oliveira da. Tomás de Aquino e Caetano. Ainda a Teoria da Abstração. In: *Analytica. Revista de Filosofia*, v. 15, n. 1, p. 173-204, 2011.

THOMAE DE AQUINO *Opera omnia iussu impensaue Leonis XIII P. M. edita*, t. 4-5: Pars prima Summae theologiae. Roma: Ex Typographia Polyglotta S. C. de Propaganda Fide, 1888-1889.

THOMAE DE AQUINO *Opera omnia iussu Leonis XIII P. M. edita*, t. 43: De ente et essentia. Roma: Editori di San Tommaso, 1976.

THOMAE DE AQUINO *Opera omnia iussu Leonis XIII P. M. edita*, t. 1*/2: Expositio libri Posteriorum. 2ª ed. Roma-Paris: Commissio Leonina-J. Vrin, 1989.

TOMÁS DE AQUINO. O ente e a essência. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMÁS DE AQUINO. Suma de Teologia [Primeira Parte – Questões 84–89]. Tradução de Carlos Arthur do Nascimento. Uberlândia: Edufu, 2006.